

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Paulo Cezar dos Passos
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 2568/2020-PGJ, DE 24.7.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 2285/2020-PGJ, de 30.6.2020, na parte que concedeu ao Procurador de Justiça Adhemar Mombrum de Carvalho Neto o 1º período de férias, que seriam usufruídas no período de 13.8 a 1º.9.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2574/2020-PGJ, DE 24.7.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar a Portaria nº 3098/2019-PGJ, de 28.8.2019, que designou o Promotor de Justiça Amilcar Araujo Carneiro Junior para atuar nos autos do Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002427-3.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2578/2020-PGJ, DE 24.7.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 54º Promotor de Justiça de Campo Grande, Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 10ª Vara do Juizado Especial Central da referida Comarca, no período de 27.7 a 2.8.2020; e tornar sem efeito a Portaria nº 2567/2020-PGJ, de 23.7.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2579/2020-PGJ, DE 24.7.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Oscar de Almeida Bessa Filho 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 11.8, 14 e 15.9 e 26 e 27.10.2019, a serem usufruídos no período de 27 a 31.7.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2569/2020-PGJ, DE 24.7.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor Caique Minini Lima, nos termos do inciso I do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2570/2020-PGJ, DE 24.7.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Renan Luiz Santos de Souza para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, na Promotoria de Justiça de Eldorado, decorrente da exoneração de Caique Minini Lima.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2571/2020-PGJ, DE 24.7.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 27.7.2020, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Ilkia Larissa Bumbieris Queiroz, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2573/2020-PGJ, DE 24.7.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, do cargo em comissão de Assessor de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor Waldeluir Cavallini, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2582/2020-PGJ, DE 24.7.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Fernanda Rocha Gonçalves para exercer o cargo em comissão de Assessor de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, no Núcleo da Cidadania, decorrente da exoneração de Waldeluir Cavalini; e considerá-la exonerada do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do referido Quadro de Pessoal.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2583/2020-PGJ, DE 24.7.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Jean Kleber Soares de Oliveira para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, na 8ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas, decorrente da exoneração de Fernanda Rocha Gonçalves.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 2461/2020-PGJ, DE 10.7.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Handreza Oviedo Alves Martins, por meio da Portaria nº 2875/2019-PGJ, de 12.8.2019, com a redação dada pela Portaria nº 854/2020-PGJ, de 5.3.2020, que seriam usufruídas no período de 13 a 22.7.2020, a serem usufruídas no período de 13 a 22.10.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 2463/2020-PGJ, DE 10.7.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Juliana Giovani de Souza Ferreira, por meio da Portaria nº 462/2020-PGJ, de 5.2.2020, com a redação dada pela Portaria nº 1263/2020-PGJ, de 16.4.2020, que seriam usufruídas no período de 1º a 29.7.2020, a serem usufruídas no período de 20.11 a 18.12.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**CONSELHO SUPERIOR****PAUTA DA 6ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE INICIARÁ NO DIA 3 DE AGOSTO DE 2020.****1. Expedientes:****1.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002286-8.

2. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000328-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003918-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002930-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003585-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001491-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001304-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000670-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003481-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004025-5.

3. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001433-5.

4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001621-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003082-4.

5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001608-8.

6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004232-3.

7. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004736-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004684-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004600-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002859-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000081-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004737-7.

1.2. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise em bloco das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:**1.2.1. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00002229-0:****1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001329-4.

Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001752-8.

25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003432-7.

**1.2.2. CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:****2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00002230-2:****1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000617-5.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001952-6.

1.2.3. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00002231-3:****1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001201-8.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001231-8.

25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003416-0.

Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003627-0.

1.2.4. CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00001958-5:****1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000235-0.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000305-9.

2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00002042-6:**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000856-5.

ASSEP – Assessoria Especial do PGJ:

- Inquérito Civil nº 06.2019.00000099-6.

3. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00001743-2:**Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000165-8.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000567-6.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00003434-9.
- Inquérito Civil nº 06.2019.00000196-2.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003113-0.

4. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00001798-7:**Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000164-7.

5. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00001644-4:**16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000332-2.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000204-9.

31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000701-1.

**1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000603-8.

10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001430-5.

11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001539-2.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000438-8.

Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001557-0.

26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001798-0.

34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002330-4.

Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002545-0.
- Inquérito Civil nº 06.2019.00000631-3.

Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002747-0.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

- Inquérito Civil nº 06.2019.00000060-8.

Promotoria de Justiça da comarca de Anaurilândia:

- Inquérito Civil nº 06.2019.00000287-2.

6. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00001864-2:**Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000468-4.
- Inquérito Civil nº 06.2019.00000541-4.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00002419-1.

Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003180-8.

1.2.5. CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00002235-7:****1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000550-0.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003430-5.

2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00002043-7:**2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002617-1.

49ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2019.00001777-6.

**1.2.6. CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:****1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00002236-8:****1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000412-9.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001204-0.

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003309-4.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:

- Inquérito Civil nº 06.2019.00000343-8.

2. Ordem do dia:**2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****2.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002741-5**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar supostas irregularidades na prestação de serviço público nos Centros Educacionais Infantis.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001195-2

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no que tange a desvio de função dos servidores Francisney Pantaleão, ocupante do cargo efetivo de eletricitista de manutenção, mas exercendo a função de motorista de caminhão; e de Cibele Maria B. P. Thiago, ocupante do cargo efetivo de psicóloga, mas informalmente auxiliando o vice-prefeito em suas funções junto ao Hospital de Brasilândia.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001324-7 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Caarapó

4. Inquérito Civil nº 06.2020.00000156-2

2ª Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual violação ao direito dos idosos pela empresa Viação Motta Ltda., ao negar o fornecimento de “Passe Livre” para transporte rodoviário.

2.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002114-3**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: João Gilberto Marcondes

Assunto: Apurar eventual dano ambiental, possível degradação da Área de Preservação Permanente e Reserva Legal, bem como a regularização jurídico-ambiental da propriedade Rancho Moeda, localizada às margens do Rio Apa.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000222-8

Promotoria do Meio Ambiente da comarca de Justiça de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Angélica/MS

Assunto: Apurar eventual omissão da Prefeitura Municipal de Angélica quanto à instalação de sistema de drenagem pluvial no Bairro Industrial do Município de Angélica.

**3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001013-9**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível irregularidade cometida pelo Município de Terenos/MS, na contratação de enfermeiros por tempo determinado.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001161-6 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaporã

5. Inquérito Civil nº 06.2019.00001456-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Américo Paulo Ferreira, Geraldo Ramos dos Santos e Leonardo Rodrigues da Silva

Assunto: Apurar eventual dano ambiental no Assentamento Serra, decorrente de utilização de área de reserva legal nos lotes 26, 37 e 55.

6. Inquérito Civil nº 06.2019.00001553-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Ponta Porã e Hidráulica Lima Ltda.-ME.

Assunto: Apurar a prática de atos de improbidade administrativa em procedimentos licitatórios deflagrados pelo Município de Ponta Porã em que houve a participação da empresa Hidráulica Lima LTDA ME.

7. Inquérito Civil nº 06.2019.000001561-2

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Milton Silvestre de Souza

Assunto: Apurar conduta incompatível com os deveres do cargo de servidor público estadual verificando a existência de indícios de ato de improbidade administrativa.

8. Inquérito Civil nº 06.2019.00001707-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Nelson Oliveira Rosa

Assunto: Apurar desmatamento de 18,29 hectares em áreas de vegetação ciliar (aluvial), na Chácara São José, no Município de Nova Alvorada do Sul, sem autorização de autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 398/19/NUGEO- Programa DNA Ambiental 2016-2017.

9. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000556-9

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Mundo Novo

Requerentes: Euripedes de Souza Silva, Graciele Santos da Silva, Aldenice Velani, Adriana de Oliveira, Mônica Letícia Pedro e Flávia dos Santos Leão

Requerida: SANESUL.

Assunto: Apurar irregularidades no fornecimento de água, em diversos bairros, em Mundo Novo/MS.

10. Inquérito Civil nº 06.2016.00000312-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar denúncia de que a senhora Gelza de Carvalho (irmã do Presidente da Câmara Municipal), funcionária da APAE, estaria sendo paga pelo município de Dois Irmãos do Buriti.

11. Inquérito Civil nº 06.2019.00000029-6 – SIGILOSO

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**12. Inquérito Civil nº 06.2018.00000747-4**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Alcinópolis

Assunto: Apurar notícia veiculada no site www.edicaoms.com.br, no dia 15 de março de 2012, de gastos com diárias pagas aos vereadores e funcionários da Câmara Municipal de Alcinópolis, com valor aproximado à folha mensal de pagamentos de funcionários no mês de fevereiro/2012 daquela Casa de Leis (evolução do IC 004/2012).

Advogado: Jordelino Garcia de Oliveira – OAB/MS nº 5.971.

2.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Inquérito Civil nº 06.2020.00000180-7**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Dourados e Taurus Distribuidora de Petróleo Ltda.

Assunto: Apurar eventual irregularidade na cessão de área pública pelo Município de Dourados à empresa Taurus Distribuidora de Petróleo Ltda.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002707-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Edvaldo Alves de Queiroz e outros a apurar

Assunto: Apurar irregularidades nos procedimentos licitatórios para aquisição de medicamentos no mandato do ex-Prefeito Municipal, Sr.

Edvaldo Alves de Queiroz, nos anos de 2005 a 2007.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000277-9

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Agropecuária Santa Luzia Adélia

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente da degradação de Área de Preservação Permanente situada na propriedade rural denominada Fazenda Santa Adélia, neste município.

2.1.4. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000885-5**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta malversação de recursos públicos consistentes na inadequada transferência do valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) pelo Executivo Municipal à Federação de Motociclismo do Estado de Mato Grosso do Sul, para a realização de atividade esportiva consistente em uma competição de motocicletas da modalidade “motocross”.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001759-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rio Negro

Assunto: Apurar eventual desvio de verba pública destinada ao pagamento de servidores municipais da saúde do Município de Rio Negro.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00003037-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Conágua Ambiental Ltda e Jailton José de Lima

Assunto: Apurar supostos abusos na utilização da Autorização Ambiental para Manejo de Ictiofauna na UHE São Domingos, consistentes na realização de pesca fora dos limites permitidos e na utilização de petrechos ilegais.

**2.1.5. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:****1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000963-2 – SIGILOSO**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000912-1 – SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Corumbá

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002891-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado, em tese, pelo Presidente da Câmara Municipal de Deodápolis/MS e pelo servidor Antônio Ferreira de Carvalho, consistente no pagamento e recebimento de gratificações irregulares a este último.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002387-4

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar degradação ambiental em área de preservação permanente do Córrego Cabeceira Bom Jardim, área única e veredas localizadas em propriedade particular denominada “Chácara do Pastor”.

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00001327-2

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Investigar condições sanitárias, estrutural e a observância das normas de proteção e prevenção contra pânico e incêndio do Estádio Municipal Aral Moreira, em Ponta Porã/MS.

Procurador do Município: Ricardo Soares Sanches Dias – OAB/MS nº 11.558.

6. Inquérito Civil nº 06.2016.00000016-2

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a degradação ambiental em área de preservação permanente do Córrego Formiga, área úmida e veredas, parcialmente inserida em área pública municipal e em propriedade particular, assim com a atuação do Município de Campo Grande/MS em efetivar a fiscalização e a recomposição dos danos existentes.

Advogada: Caroline Mendes Dias – OAB/MS nº 13.248.

7. Inquérito Civil nº 06.2019.00000609-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Aparecida Gonçalves Claudino

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente da prática de perturbação de sossego alheio em razão da emissão sonora de ruídos acima dos níveis permitidos em estabelecimento localizado na Rua Márcia Mendes, 2415, no Bairro Jardim Alvorada, em Três Lagoas/MS.

8. Inquérito Civil nº 06.2019.00001184-9

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível degradação ambiental em área de preservação permanente no Lote 07, localizado na Rua Sílex, 74, nesta Capital, cadastrado em nome de Valdir Izidoro de Souza, assim como a atuação do Município de Campo Grande em efetivar a fiscalização e a recomposição dos danos existentes.

**9. Inquérito Civil nº 06.2018.00003651-4**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar o desempenho irregular de função da servidora pública V. R. E. de A., a qual estaria atuando como psicóloga da Secretaria Municipal de Saúde e em cargo comissionado de coordenadora do CRAS do Município de Bodoquena/MS.

10. Inquérito Civil nº 06.2019.00001634-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Eldorado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Milton Sposito Prado

Assunto: Apurar irregularidades ambientais no Sítio Carajá Cuê, especificamente no que tange ao desmatamento constatado pela Polícia Militar Ambiental.

11. Inquérito Civil nº 06.2019.00001209-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Eric Jan Roonda

Assunto: Apurar o armazenamento de agrotóxicos e embalagens vazias na Fazenda Procomp/Cedro, de propriedade de Eric Jan Roonda, localizada no Município de Aral Moreira/MS.

12. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001223-7 – SIGILOS

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

2.1.6. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000344-9**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar potenciais danos ao meio ambiente decorrentes da instalação de pequena central hidrelétrica, denominada PCH-Cipó, no Córrego Água Branca, localizada nos Municípios de Sonora e Pedro Gomes.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002819-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual fraude em processo licitatório e fornecimento de mercadorias destinadas a merenda escolar e materiais de expedientes adquiridos pelo Município de Nova Alvorada do Sul-MS.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00003581-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Prefeitura e Câmara Legislativa do Município de Nova Alvorada do Sul

Assunto: Apurar eventual situação de risco ao meio ambiente, uma vez que Área de Preservação Ambiental (APA) dos Rios Vacaria e Anhanduí foram, em tese, desafetadas para beneficiar interesses puramente econômicos.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000853-3

76ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul e Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande - MS

Assunto: Apurar eventual demanda reprimida para realização de cirurgia de reversão de ostomia no Município de Campo Grande e no Estado de Mato Grosso do Sul e medidas necessárias à redução da fila de espera por tal procedimento.

**5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001523-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Rio Negro e Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar os motivos pelos quais o Município de Rio Negro está abaixo da meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação no que toca à nota no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e quais as medidas necessárias para a adequação.

6. Inquérito Civil nº 06.2019.00001699-9

76ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual ingerência do Grupo de Apoio Especial na classificação de risco realizada pelos enfermeiros e médicos nas Unidades de Saúde da Rede de Urgência da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande.

7. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001757-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Altieres Barroso de Lima

Assunto: Registrar o reclamo da Polícia Militar Ambiental do Município de Costa Rica em relação a autuação em desfavor de Altieres Barroso de Lima, por armazenar produto perigoso a saúde humana e ao meio ambiente em desacordo com as normas legais e sem autorização dos órgãos ambientais competentes

8. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000838-8 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00001399-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar desmatamento ilegal, a corte raso, de 220,00 hectares de vegetação nativa, sem autorização do órgão ambiental, na Fazenda denominada São João, no Município de Pedro Gomes/MS.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00001730-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Nioaque

Assunto: Apurar suposta irregularidade na aplicação das verbas destinadas à reforma da Casa Abrigo do Município de Nioaque/MS.

11. Inquérito Civil nº 06.2019.00001066-1 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça da Execução Penal da comarca de Cassilândia

12. Inquérito Civil nº 06.2020.00000756-7

2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Edna Silva Galiza Bezerra - MEI

Assunto: Apurar a notícia de que Edna Silva Galiza Bezerra - MEI teria descumprido obrigações sanitárias e assim colocado em risco a vida e a saúde de consumidores nesta comarca de Naviraí/MS.

2.1.7. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000050-4**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

Requerentes: Ministério Público Estadual e Conselho Estadual de Trânsito-CETTRAN-MS

Requerido: Município de Rio Negro

Assunto: Apurar a conduta omissiva do gestor municipal em não proceder a integração do Município Requerido ao



Sistema Nacional de Trânsito, conforme obrigação disposta no artigo 24 da Lei n. 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro).

2. Inquérito Civil nº 06.2020.00000631-3

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de suposta prática de ato de improbidade administrativa, decorrente do fato de Cícero dos Santos, na qualidade de Presidente da Câmara de Vereadores de Naviraí, ter se valido de seu cargo e do prestígio político do mesmo para obter a emissão de um alvará.

COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL

EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/3926/2017 – PARTES:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário: 4ª Companhia de Polícia Militar Ambiental de Bonito/MS, representada por seu comandante da 4ª Cia/BPMA de Bonito/MS – Cap QOPM Cleiton Douglas da Silva.

Amparo Legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Armário alto: 3 unidades

Armário baixo: 2 unidades

Armário Misto: 2 unidades

Estante de Aço: 2 unidades

Poltrona Giratória: 10 unidades

Data: 16.10.2019.

EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/1968/2020 – PARTES:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS – Unidade Universitária de Campo Grande/MS, representada por seu Gerente da Unidade Universitária de Campo Grande – Prof. Dr. Djanires Lageano Neto de Jesus.

Amparo Legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Notebook: 10 unidades

Data: 3.7.2020.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0018/2020/34PJ/CGR**

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000884-4

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Qually Peles Ltda

Objeto(s): Apurar a responsabilidade civil por danos ambientais provocados, em tese, pela empresa Qually Peles, CNPJ n. 05.841.957/0001-84, objetos de autos de infração lavrados pelos órgãos ambientais municipal e estadual, especialmente a poluição hídrica do Córrego Imbirussu.

Campo Grande, 23 de julho de 2020

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**CAMAPUÃ****RECOMENDAÇÃO 0002/2020/2ªPJC**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, pelo Promotor de Justiça que a esta subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, institucionais e legais, em especial com fundamento no artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, inciso I, e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigo 129, incisos II e III, da Constituição da República e artigos 5º e 44 da Resolução PGJ nº 15/2007, e, ainda,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, de acordo com o disposto no artigo 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, nos exatos termos do artigo 129, inciso II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Resolução n. 015/2007-PGJ dispõe, em seu artigo 5º, que a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social;

CONSIDERANDO que a Recomendação n. 001/CGMP/2016, de 06 de outubro de 2016, em seu artigo 1º, reza que as recomendações e demais providências referentes à atuação ministerial, garantidas constitucionalmente, deverão ser expedidas de maneira vinculada ao procedimento de origem, seja ele um procedimento administrativo, inquérito civil



ou procedimento preparatório, devendo constar prazo razoável para atendimento de seu conteúdo; e acompanhada pelo órgão de execução até seu efetivo cumprimento ou vencimento do prazo assinalado;

CONSIDERANDO que estamos em meio à infestação de uma pandemia, como tal reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relativo à doença denominada Síndrome Aguda Respiratória causada por COVID-19 (Coronavírus);

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2 (covid-19);

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde, em 03 de fevereiro de 2020, através da Portaria GM/MS nº 188/2020, declarou “*emergência em saúde pública de importância nacional*” em decorrência da infecção humana pelo Coronavírus;

CONSIDERANDO que em 19 de março de 2020 o Estado de Mato Grosso do Sul decretou situação de emergência em razão da pandemia por Doenças Infecciosas Virais - COVID-19 (Classificação e Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE 1.5.1.1.0), por meio do Decreto 15.396.

CONSIDERANDO que no Município de Camapuã também foi declarada Situação de Emergência em Saúde Pública, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19), através da publicação do Decreto nº 4.582, de 21 de março de 2020;

CONSIDERANDO que o Prefeito de Camapuã editou os Decretos 4.577, 4.580, 4.582, 4.584, 4.586, 4.587, 4.588, 4.602, 4.604, 4.605, 4.607, 4.608, 4.609 e 4.610 com medidas de contenção da propagação local da doença, restringindo gradativamente as regras para circulação de pessoas e convivência social, chegando a implementar medidas mais drásticas como toque de recolher e fechamento do comércio, medidas estas com resultados positivos (propagação lenta do vírus), mas com o passar do tempo houve flexibilização dessas medidas, tendo sido autorizado o funcionamento, durante o estado de emergência, das atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços, essenciais ou não, mediante observância de exigências sanitárias definidas;

CONSIDERANDO que o atos se mostraram, em alguns pontos, confusos, não se sabendo ao certo qual seria a regra a ser adotada, bem como se mostrou de difícil aplicação prática, em razão da carência de profissionais para fiscalização, inexistindo, também, qualquer amparo definido pelo Comitê Municipal de Prevenção, criado pelo decreto 4.580/2020;

CONSIDERANDO a rápida progressão da doença no nosso Estado, no Brasil e no Mundo é demasiadamente preocupante, sendo que atualmente já foram diagnosticados quase 15 mil casos¹ no Estado de Mato Grosso do Sul, havendo nos últimos dias aumento substancial dos casos², resultando, segundo amplamente notificado nos diversos canais de informação, em elevada taxa de ocupação de leitos de UTI;

CONSIDERANDO que em Camapuã, segundo boletim divulgado no dia 22/07/2020, havia 21 (vinte e um) casos confirmados e outros 12 (doze) suspeitos, sendo certo, ainda, que desde o início do mês houve um grande avanço no número de casos, vez que estes TRIPLICARAM (07 casos confirmados no dia 01/07/2020);

CONSIDERANDO que mesmo com as medidas restritivas impostas até agora pelos Governos Estadual e Municipal, ainda não temos uma taxa de isolamento social satisfatória, estamos em 15º lugar no ranking dos Estados no índice de isolamento social, segundo boletim de isolamento³;

CONSIDERANDO, ainda, que conforme afirmou o Ministro Luis Roberto Barroso, da Suprema Corte, a ciência defendeu o isolamento social para impedir um genocídio de pessoas⁴;

1 <https://www.vs.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Boletim-Epidemiol%C3%B3gico-COVID-19-2020.07.15.pdf>

2 <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/07/14/mt-e-ms-enfrentam-escalada-do-novo-coronavirus-e-falta-de-leitos-em-hospitais.htm>

3 <https://www.coronavirus.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/15-07.pdf>

4 <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/06/barroso.htm>

CONSIDERANDO que o relaxamento das medidas de controle por decreto municipal tem, portanto, alto potencial de reduzir a adesão da população ao isolamento social e, em consequência, pode ensejar o crescimento repentino e desordenado dos casos de Covid-19 no município, como vem acontecendo, e que este fator tem peso considerável na utilização dos serviços hospitalares, conforme gráfico elaborado pelo Ministério da Saúde no último boletim epidemiológico⁵:

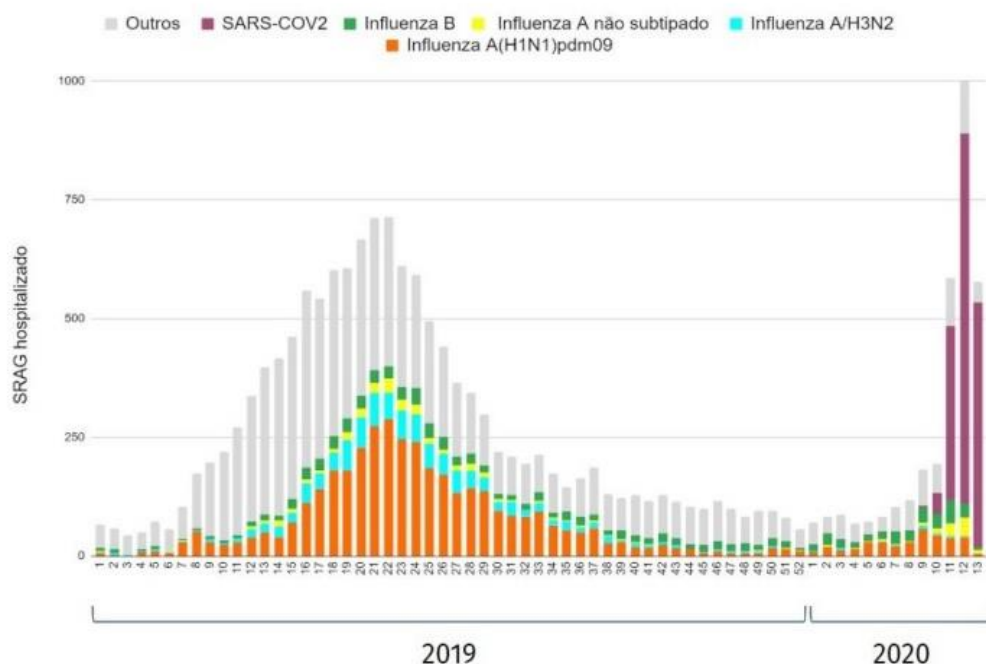


Figura 10: Distribuição dos casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave por semana epidemiológica de início dos sintomas, segundo agente etiológico. Brasil, 2019 a 2020 até SE 13.

Fonte: Sistema de Informação de Vigilância da Gripe. Dados atualizados em 03 de abril de 2020 às 14h, sujeitos a revisões.

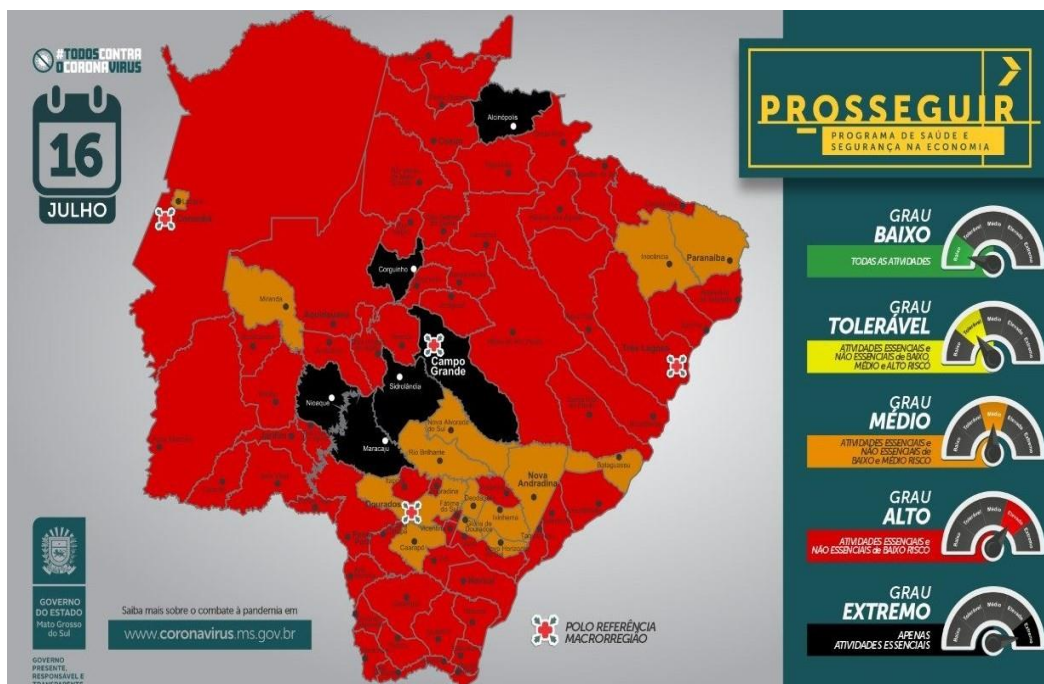
CONSIDERANDO que a Vigilância Sanitária tem encontrado resistência na realização de fiscalização, inexistindo efetividade em sua atuação em razão da inexistência de responsabilização pelo descumprimento, vez que não há previsão para tanto;

CONSIDERANDO que cabe ao Comitê Municipal de prevenção, acompanhamento e enfrentamento à epidemia causada pelo agente coronavírus (COVID-19), definir em reuniões semanais, ações estratégicas que visem principalmente a prevenção e o acompanhamento da pandemia;

CONSIDERANDO a notícia veiculada, por meio do site denominado Mídiamax⁶, onde informa que por meio do boletim epidemiológico do coronavírus, transmitido ao vivo, na data de 16 de julho de 2020, que o Município de Camapuã se encontra no grau alto (bandeira vermelha), sendo este o penúltimo grau de risco das cinco bandeiras classificadas: grau baixo (verde), tolerável (amarela), moderado (laranja), elevado (vermelha) e extremo (preta), conforme imagem abaixo:

⁵ <https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/Abril/03/BE6-Boletim-Especial-do-COE.pdf> - página 15.

⁶ <https://www.midiamax.com.br/cotidiano/2020/ms-tem-6-municipios-com-grau-extremo-de-riscos-para-covid-19-avalia-governo> Acessado em 16.07.2020 às 13h39min.



CONSIDERANDO que houve o encaminhamento de diversas notificações da Vigilância Sanitária informando que havia aglomerações em diversos estabelecimentos (f. 244), que houve a realização de torneio de futebol (f. 259/263), festa com duração de 02 (dois) dias consecutivos, com inclusive um dos integrantes/convidado testando positivo para Covid-19, inexistindo pelo município qualquer tipo de esclarecimento acerca das providências adotadas, apesar de devidamente notificados (f. 250 e f. 270);

CONSIDERANDO que na data de 21/07/2020 houve ação de fiscalização organizada por esta Promotoria de Justiça e contando com a participação da Vigilância Sanitária e Polícia Militar⁷, conforme noticiado pela própria administração, constatando-se que diversos estabelecimentos, especialmente restaurantes e conveniências estão permitindo o consumo de quaisquer tipos de bebidas no local da venda, violando o art. 5º, I, do decreto 4.582/2020, além de não observarem medidas de contenção de risco, permitindo, por exemplo, funcionamento de restaurantes self-service, bares com mesas de sinucas, academias de ginástica com capacidade acima do permitido e sem fiscalização das medidas;

CONSIDERANDO que a omissão do Município de Camapuã já resultou na adoção de medida judicial (0900023-92.2020.8.12.0006).

RESOLVE:

RECOMENDAR ao MUNICÍPIO DE CAMAPUÃ, na pessoa do PREFEITO MUNICIPAL, da SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE e da ASSESSORIA JURÍDICA MUNICIPAL, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, que a fiscalização seja implementada de forma planejada e formalizada em documento, contendo, no mínimo, previsão (a) de monitoramento ininterrupto dos estabelecimentos, (b) de planejamento de ações fiscais por setores econômicos, (c) de definição de cronograma de fiscalização, com adequado dimensionamento de equipes, utilizando-se de recursos humanos e materiais suficientes à realidade local, sem prejuízo de outras medidas espontaneamente tomadas para a contenção da pandemia. O documento formalizado deverá estar à disposição dos órgãos de fiscalização, inclusive Ministério Público, para consulta a qualquer tempo;

Ressalta-se, também, a possibilidade em caráter excepcional e por prazo determinado, de ampliar a competência fiscalizatória e de aplicação de penalidades, incluindo não somente os servidores da Vigilância Sanitária e do setor de fiscalização, abrangendo também os demais servidores das demais secretarias, especialmente a Secretária de Saúde, Secretaria de Educação, Secretária de Infraestrutura e Serviços Públicos e Secretária de Agronegócio, Meio Ambiente e Empreendedorismo;

⁷ <https://www.facebook.com/prefeituradecamapuams>



RECOMENDA ainda que intensifique a fiscalização e estipule penalidades administrativas para o descumprimento das seguintes medidas:

A) Art. 1º, do decreto n.º 4.602/2020, o qual determina a obrigatoriedade de utilização de máscaras de barreira fora do domicílio e nos estabelecimentos comerciais do município;

B) Art. 3º, § 2º, do decreto n.º 4.599/2020, o qual determina a implementação de planos de contenção de riscos, contendo medidas eficazes para evitar a disseminação do vírus, baseados em critérios técnicos e científicos;

RECOMENDA ainda que haja revisão periódica das medidas adotadas e seus reflexos para a necessária prevenção de disseminação do vírus em questão, e que, se necessário, haja nova implementação de medidas sanitárias preventivas, especialmente as seguintes: a) proibição de consumo de bebidas alcoólicas em qualquer estabelecimento comercial ou em local ou logradouros públicos; b) a proibição de qualquer reunião, familiar ou não, em que haja aglomeração de mais de 10 (dez) pessoas; c) paralisação, aos sábados e domingos, de todas as atividades econômicas e sociais não essenciais; d) diminuição da lotação máxima dos estabelecimentos para 30% (trinta por cento) de sua capacidade; e) aplicação de penalidades como multa, interdição temporária e cassação do alvará; e ainda f) aquelas pertinentes, ao caso, indicadas pelo Programa de Saúde e Segurança da Economia (Prosseguir), que, cria bandeiras de referências que classificam os riscos de atividades comerciais e de saúde, classificando o município de Camapuã como de RISCO ELEVADO, conforme documentos que seguem em anexo na presente recomendação, ressaltando-se a implementação de toque de recolher entre as 21 horas e 5 horas; determinação que apenas os setores classificados como Essenciais e de baixo risco (conforme anexo) continue em funcionamento;

Por fim, sugere que se encaminhe proposta de revisão das recomendações já emitidas, visando a eliminação de eventuais incongruências nos decretos já editados e concentrando as medidas necessárias em apenas um documento, revogando expressamente os demais;

Nos termos do artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual 72/1994 e parágrafo único do art. 45 da Resolução n.º 15/2007/PJ de 27.11.2007, no art. 27, parágrafo único, inc. IV, da Lei n.º 8.625/93, encaminhe-se a recomendação aos destinatários, requisitando-se que, no prazo de 48 horas, respondam por escrito, via e-mail à 2ª Promotoria de Justiça (promotoriascamapua@mpms.mp.br), acerca do acolhimento da presente recomendação, sem prejuízo de outras medidas espontaneamente tomadas para a contenção da pandemia.

Ressalte-se que, diante da urgência que o caso requer, o presente ofício será encaminhado através dos canais digitais disponíveis (e-mail e WhatsApp), suficientes ao conhecimento de seu teor e adoção das providências cabíveis.

Adverte-se aos destinatários que o não atendimento desta recomendação poderá ensejar medidas judiciais na seara cível, criminal e administrativa, aos responsáveis, nos termos supra fundamentados.

Publique-se no DOMP e encaminhe-se cópia da presente recomendação, por e-mail, ao Presidente da Câmara Municipal do Município e demais vereadores, ao Presidente do Conselho Municipal de Saúde, aos Membros do Comitê de Enfrentamento e ao Presidente da OAB desta seccional, para conhecimento.

Camapuã-MS, 23 de julho de 2020.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA
Promotor de Justiça



COXIM

EDITAL N° 0034/2020/02PJ/CXM

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000743-4

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Aristóteles Ferreira Júnior.

Assunto: *Apurar desmatamento de 6,27 hectares em área de Savana Florestada Arborizada, na Fazenda Corixão, em Coxim/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 300/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental 2016-2017).*

Coxim/MS, 17 de julho de 2020

DANIELLA COSTA DA SILVA

Promotora de Justiça

IGUATEMI

EDITAL N° 001/2020

A Promotoria de Justiça da Comarca de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, Centro.

Inquérito Civil 06.2020.00000663-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alexandre Tavares Bussoletti.

Assunto: Apurar o desmatamento de 02,34 hectares de área contida em bioma de mata atlântica, ou seja, objeto especial de preservação, na Fazenda Cristo Rei, em Iguatemi.

Iguatemi, 24 de julho de 2020

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça.

EDITAL N° 002/2020

A Promotoria de Justiça da Comarca de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, Centro.

Inquérito Civil 06.2020.00000616-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Irani Crivelari de Lima

Assunto: Apurar desmatamento de 4,70 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Santa Luzia, em Iguatemi, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme relatório de fiscalização do IBAMA n. C8RL80P.

Iguatemi, 24 de julho de 2020

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça.

**EDITAL N° 003/2020**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, Centro.

Inquérito Civil 06.2020.00000615-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Nelson Giorgi, Dario Palhares, Roberto Palhares

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 73,08 hectares de vegetação nativa, integrante do Bioma de Mata Atlântica (art. 2º da Lei Federal 11.428/06), na Fazenda Nossa Senhora da Aparecida, em Iguatemi/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente.

Iguatemi, 24 de julho de 2020

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça.

EDITAL N° 004/2020

A Promotoria de Justiça da Comarca de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, Centro.

Inquérito Civil 06.2020.00000589-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Italino Bonamigo

Assunto: Apurar desmatamento ilegal de 101,61 hectares de reserva legal do Bioma Mata Atlântica ocorridos na Fazenda Ipitã, no Município de Tacuru/MS.

Iguatemi, 24 de julho de 2020

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça.

RIO VERDE DE MATO GROSSO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N° 09.2020.00002377-8

Edital n° 0001/2020/21 ZE/RVG

A Promotoria Eleitoral da 21ª Zona Eleitoral de Rio Verde de Mato Grosso – MS torna pública a instauração do Procedimento Eleitoral que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, n° 180, Bairro Nhecolândia, nesta Comarca de Rio Verde de Mato Grosso-MS.

Procedimento Administrativo n° 09.2020.00002377-8

Requerente: Ministério Público Eleitoral

Requerido: A apurar

Assunto: Acompanhar a (i)legalidade das condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e outras vedações de propaganda ou publicidade nas Eleições 2020.

Rio Verde de Mato Grosso – MS, 16 de julho de 2020.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor Eleitoral